

POR QUE ESTUDAR HISTORIA? A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS LIVROS DE HISTORIA

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ENSINO DE HISTÓRIA: DO CONHECIMENTO À PRÁTICA METODOLÓGICA DO DOCENTE DE SÉRIES INICIAIS

Líverton Roberto de **França**

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar a compreensão que possuem os docentes do Ensino Fundamental/séries iniciais sobre o ensino de História relacionando este conhecimento a prática do docente. O estudo foi desenvolvido à luz de teóricos como PINSKY (2009), (SHARPE, 1992), DAVIES (1997). Os dados analisados neste estudo foram obtidos através de um questionário apresentados a docente da rede particular de ensino. Os dados analisados nesta investigação são possíveis à publicação.

Palavras-Chave: História, Ensino, Popular

Introdução

Um dos maiores desafios de todos os que se responsabilizam pela construção de uma escola aberta é garantir a permanência dos alunos na escola. Não é possível ensinar História de modo neutro: Ensinar e aprender consiste em incluir temas como o trabalho, a sexualidade, a religiosidade e a vida cotidiana. Qualquer esforço de renovação do ensino de História depende de uma prática corajosa e engajada, renovada a cada dia, na sala de aula. A natureza da dominação social não reside apenas no pólo dominante, mas também no pólo dominado, nas relações entre ambos. Por isso é importante voltar-se para o estudo da participação popular na História do Brasil, visando à transformação social

A disciplina Fundamentos do Ensino de História, oferecida no curso de Pedagogia, aborda não apenas os fundamentos, mas, também, formas metodológicas adequadas à proposta dos fundamentos, ou seja, como o professor deve moldar os conteúdos estipulados pelo planejamento e pelo currículo escolar para torná-los agradáveis aos estudantes.

Os textos lidos e comentados em sala de aula, as orientações do professor e as leituras autônomas, mas orientadas, nos mostraram que essa nossa concepção sobre Ensino de História precisava ser reformulada. O Ensino de História deve ter como objeto de pesquisa as temáticas trabalhadas na sala de aula.

Partindo da concepção da História Social, a partir do ponto de vista das camadas populares, onde a função da História é dar a quem a estuda uma noção de identidade e propõe um ensino de História que tenha a função de prover os estudantes um conhecimento que seja capaz de melhorar a sociedade a qual estão inseridos. Somando essas concepções prévias sobre ensino de História, com o que foi explanado até agora na disciplina, percebemos que o Ensino de História tem como objeto as temáticas abordadas nas aulas de História.

O que deve ser trabalhado especificamente dentro de cada conteúdo, esse deve ser o objeto de estudo do Ensino de História enquanto campo de estudo. Outra observação é que os estudos que até agora foram realizados na disciplina permitem, que numa aula de História, os temas trabalhados sejam pertinentes à classe social dos estudantes, que os grandes movimentos sociais sejam estudado tendo em vista a participação das pessoas da classe social dos estudantes. Isso faz com que os estudantes, principalmente os excluídos das classes média-baixa e baixa, classes que acabam por ser excluídas da cena histórica, se tornem sujeitos ativos, portadores de História, criando assim, uma identidade histórica, e um conseqüente gosto pelo estudo da História e conseqüentemente pelas outras disciplinas acadêmicas a qual tem de estudar.

Entretanto, para melhor compreender melhor a abordagem atual do ensino de História com base nos fundamentos propostos na disciplina, convém fazer um percurso histórico sobre o ensino de História desenvolvido nas séries iniciais da educação brasileira.

Breve História da Formação Do Educador De Historia Do Brasil, e perspectivas da dinâmica Docente

O ensino de História constituiu-se no final da década de 70 e início da de 80 do século XX, como um campo a ser analisado porque, os questionamentos formulados nos anos anteriores, em relação à cultura, ao comportamento e à

educação/escola, haviam sido tão profundos e amplos que, de fato, instalou-se uma nova forma de relação escola/ sociedade no mundo e no Brasil. Assim, professores de História, integrados ao mercado de trabalho, iniciaram uma série de experiências no ensino dessa disciplina. Outras, influenciadas pela expansão da televisão e dos novos meios de comunicação como foi o caso do uso do vídeo cassete, no ensino de história, a partir dos anos 1980.

Essas experiências, por sua vez, serviram de base para análises, muitas vezes das práticas de ensino e/ou de outras pesquisas, que começaram a se desenvolver nos Cursos de História.

Foi, portanto, pós-década de 1970, que as preocupações com a formação do professor, do ensino de história e seus correlatos, passam a se constituir, como objeto de reflexão, análise e pesquisa, de uma forma mais enfática, no universo dos licenciados, bacharéis e pesquisadores de História, em geral.

Hoje não se pode deixar de levar em consideração as transformações de ordem social que estão ocorrendo no cenário mundial desde 1979, com o desabrochar de uma corrente de pensamento denominada neoliberalismo.

As instabilidades no cenário social mundial têm como consequência um grande contingente de excluídos, e de pessoas insatisfeitas com as reproduções do universo capitalista de então. Busca-se a solução, tentando inserir concepções de autonomia, que antes já era possuída por todo cidadão livre, porém o que não se possuía anteriormente era a consciência de como utilizá-la.

O neoliberalismo interfere nas relações, pautadas nos interesses do mercado, nas satisfações das necessidades imediata. Os valores do mundo capitalista, a lógica da economia de mercado, a redução da vida desintegram os interesses coletivos, e elementos como dominação, injustiça, poder exacerbado, processo de desumanização, naturalização da miséria e da desigualdade social e da exclusão refletem a ideologia dominante.

E, neste cenário, o trabalho docente, em seus processos suas práticas, desde a preparação de um plano de estudos a gestão de sala de aula, sempre é influenciado pelas exigências externas. Entretanto, questionamos como o professor vem trabalhando a participação popular no ensino de História? E, frente a isso julgamos necessário falar um pouco do negro como parte integrante dessa camada popular.

A ABORDAGEM DO NEGRO NA SALA DE AULA: PROPOSTAS E DESAFIOS

Tendo em vista o olhar sobre as participações populares e sendo uma grande porcentagem da camada popular de nosso povo formada por afro-descendentes, não podemos deixar de levar em consideração as análises que ocorrem sobre como se trabalhar a Lei 11.645/08. Após, aproximadamente, cinco anos que a Lei 10639/03 foi promulgada se apresentam como um grande desafio aos educadores, seja pelo desconhecimento de materiais pedagógicos que fundamentem a exposição, seja pela incompreensão da necessidade de sua aplicação. O que pretendemos neste artigo não é trazer soluções para as inquietações a respeito do tema, até porque esta é uma temática que suscita polêmicas e certamente não vai ser esgotada nestas linhas. O primeiro desafio com o qual nos deparamos diz respeito à história da África e dos africanos. Por muito tempo, o que conhecemos sobre a história do continente africano esteve restrito ao período que se inicia com a instituição do escravismo no Brasil. Assim, o continente africano é conhecido como origem de escravos e os termos África e africano ficaram estritamente relacionados à escravidão, numa representação que foi instituída a partir dos valores e concepções de mundo ocidentais. Dessa forma, em escritos produzidos sobre a África, encontramos equívocos, preconceitos e uma carga enorme de estereótipos, chegando ao ponto de este ser considerado um continente sem história. O filósofo alemão Hegel acreditava na incapacidade de o africano para construir a sua própria história. Nesta concepção, a África subsaariana é considerada uma área desprovida de história e esta se concentra no mundo europeu e nos espaços geográficos que se comunicam com o Mar Mediterrâneo. No continente africano apenas a África Setentrional e o Egito se enquadravam neste grupo – a chamada África Branca. O que certamente este filósofo desconhecia e muitos ainda desconhecem é a riqueza da história do continente africano, traduzida na imponência dos seus impérios pré-coloniais como o reino de Gana, que atingiu o seu apogeu no século VIII e era conhecido como Terra do ouro, na variedade lingüística só na África bantu são faladas mais de 300 línguas e na variedade cultural do seu povo.

Desse modo, a concepção de África foi marcada por estereótipos que remontam ao tráfico negreiro. A partir do momento em que foram utilizadas

expressões como branco e negro para re-significar colonizadores e colonizados; livres e escravos, respectivamente, os africanos e seus descendentes ficaram marcados com a herança ilusória e imaginária da inferioridade que permeia todo pensamento racista ainda existente na sociedade.

Não é à toa que até hoje os vocábulos negro / preto carregam conotações negativas que foram internalizadas, sendo inseridas na linguagem e no cotidiano e assimiladas de forma que, sutilmente, naturalizam o discurso de inferioridade do negro, como “preto de alma branca”; “denegrir”; “é preto, mas é bonito”; “a coisa tá preta”; etc. A verdade é que este discurso de inferiorização do negro e da sua cultura foi intensificado no século XIX com as teorias raciais que atestavam a superioridade ariana em detrimento dos demais grupos étnicos.

O segundo desafio é tratar da luta dos negros no Brasil e da sua cultura. O desafio aqui está em abordar o tema da resistência negra e da cultura afro-brasileira como algo que vai além da ilustração do negro como parte do folclore brasileiro. É preciso romper com a tendência que vê a cultura negra como algo exótico. O que se quer com esta lei é entendê-la em seu caráter transformador. Primeiro, é preciso compreender que onde houve escravidão; houve resistência e mais: nem só de fugas e formação de quilombos se configurou a luta dos escravos contra a escravidão. Outras formas de resistência precisam ser apresentadas aos nossos alunos, como a religião, a formação de juntas de alforria entre os escravos urbanos, as revoltas, a capoeira e até mesmo a criminalidade, que naquele momento, é considerado o primeiro ato humano do escravo, que apesar de ser considerada “coisa”, era julgado como “gente” ao cometer um ato criminoso. Assim, matar um senhor era uma forma de negar a coisificação a que estava submetido. (Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.) Os alunos, em especial o aluno negro, precisa reconhecer que não era natural ser escravo, assim como é preciso que a escola reconheça a naturalidade em trabalhar a história do negro, assim como se trabalha a história do europeu. A própria concepção de história e de ensino de história que adotamos é uma concepção européia, que privilegia um conhecimento em detrimento do outro. Estudamos em todo período escolar a história antiga, medieval, moderna e contemporânea do europeu; do

colonizador. E neste mesmo período desconhecemos a história dos outros povos que influenciaram a nossa cultura e a formação da nossa sociedade. É assim com os negros e com os índios. A própria denominação de “negros” e “índios” ilustra esta questão, uma vez que se trata de denominações que homogeneízam um povo que é heterogêneo. Veja: falamos em italianos, ingleses, franceses e africanos (como se todos fossem um só). O que eu quero dizer, é que é preciso adequar a história do negro ao currículo de forma natural, bem como demonstrar que a atuação do negro na história da sociedade brasileira não se resume ao período escravista. É preciso mostrar que o negro é sujeito da sua história. Que não foi a Lei Áurea que libertou os escravos a Lei apenas legitimou uma situação que já estava estabelecida.

Quando a princesa assina a Lei apenas 5% da população ainda era escrava, o que significa que 95% dos escravizados já tinham conquistado a liberdade muito antes da promulgação da Lei. Os alunos precisam conhecer os movimentos sociais liderados por africanos e seus descendentes. Precisam entender a diferença entre a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana e se questionarem: por que Tiradentes é herói nacional e eu nunca ouvi falar em Lucas Dantas? Quem foi Pacífico Licutã? Existiram outros heróis negros? Este é mais um ponto. é certo que a concepção de história pautada na exaltação de heróis e seus feitos há muito é combatida, entretanto, penso que neste sentido, é importante apresentar aos alunos personagens negros da história, a fim de demonstrar que o negro também fez a história acontecer e não ficou apenas sendo mandado, na posição de subserviência que muitos ainda querem nos colocar. Nicholas Davies, em artigo intitulado “As camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil”, publicado na obra O Ensino de História e a Criação do Fato (DAVIES. In: PINSK, 2004), destaca que o enfoque dado à participação popular na história, principalmente tratando-se de movimentos de resistência, oportuniza as camadas populares o sentimento de valorização enquanto sujeitos históricos e, conseqüentemente, a sensação de valor social no presente, fortalecendo-os para lutas futuras. Além disso, Davies aponta que a importância desta abordagem reside na preocupação e comprometimento em relatar os acontecimentos em sua inteireza, “não apenas em sua parcialidade (o pólo dominante), ainda que, essa parcialidade tenha imprimido o sentido maior a essa totalidade.” (PINSK, 2004) Conhecer estes personagens e conviver com eles, certamente elucidará no aluno, especificamente o aluno

afro-descendente, os caminhos a uma auto-visualização na história, externa aos estereótipos difundidos pelos grupos dominantes, que legitimaram a inferiorização dos negros e oscilavam entre as imagens de passividade, obediência ou até mesmo irracionalidade. Trata-se, então, de estabelecer um compromisso de transformação social e vislumbrar uma atuação desses estudantes (na escola e na sociedade em geral), pautada no domínio e percepção do seu potencial de criticidade, com o discernimento necessário à negação de uma postura idealista ou auto-depreciativa em seu campo de representações, viabilizando, dessa forma, a construção de sujeitos autônomos, conscientes do processo de busca pelo conhecimento, tendo em vista seu caráter contínuo e permanente.

A problemática do assumir-se permeia, também, questões relativas à propagação de uma educação voltada ao tratamento da diversidade e pluralidade cultural no ambiente escolar, ou seja, ao respeito às diferenças como mecanismo de combate à discriminação ou qualquer forma de preconceito em sala de aula.

Na Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial, entende-se por preconceito “uma atitude negativa com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado um ponto positivo de referência” e discriminação, sua “manifestação comportamental, ou seja, a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado”, priorizando-se, desse modo, uma prática pedagógica que preze pela superação do racismo em busca da criação, na escola, bem como fora dela, de um ambiente que proporcione a inclusão dos alunos afro-descendentes, contribuindo para a elevação da auto-estima e autoconhecimento como sujeito/agente de uma história que vive e produz, concomitantemente.

Discussões e debates como este podem parecer desnecessários numa sociedade que alarma aos quatro cantos que não é racista e que vive uma verdadeira democracia racial, entretanto, uma série de sinais mostram como a mentalidade racista ainda persiste e como a escola, juntamente com a família têm um papel fundamental no processo de eliminação desta herança cultural racista. Apesar de ser negado, o preconceito persiste. Florestan Fernandes

afirmava que o brasileiro tem preconceito de não ter preconceito, ou seja, não o admite e este se revela sutilmente, se mostrando não oficial – por ser negado e não denunciado –, particular, porque em geral as manifestações discriminatórias acontecem, em ambientes restritos, como elevadores, restaurantes, no trabalho, etc.; silencioso, porque quem é racista não anda com uma bandeira indicando seu racismo e o nega e, por fim, externo, por sempre ser creditado ao “outro”. É aquela questão: não sou racista, mas conheço fulano que é... É importante compreender a resistência negra como um processo contínuo e, se o negro escravizado resistia contra a violência da coisificação, hoje o negro resiste contra o preconceito. Além disso, sua atuação histórica não se limita ao processo escravista. Ele atua ativamente em diversos momentos da história do país. A escola tem suma importância no processo de construção da auto-estima do estudante negro ou desconstrução desta, bem como a família. Muitos colegas têm se perguntado: como trabalhar com esta temática? Antes de tudo, é preciso refletir: qual o meu papel como educador? Eu acredito nesta proposta? Em primeiro lugar, é preciso permitir que o aluno negro se veja na escola. A decoração da escola, por exemplo. É comum vermos painéis nas escolas painéis com ilustrações de crianças brincando, conversando, dando boas-vindas... há representações de crianças negras nestes painéis? E nas tarefinhas dos alunos da educação infantil? Quando um aluno negro se representa em desenho a si e à sua família, como ele se pinta? Como ele se vê? Nas salinhas da educação infantil, em meio aos brinquedos das crianças, têm bonecas negras? Um segundo ponto é criar estratégias e oportunidades. Não é preciso avisar ao aluno que tratará do tema, como se precisasse pedir autorização. Vamos naturalizar a proposta com a utilização de textos, como contos, crônicas, poesias, exibição de filmes, leitura de obras literárias, pesquisas... Às vezes um material simples pode suscitar discussões fecundas. Só assim poderemos por em prática o ideal de uma educação antiescravista e libertadora.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com natureza qualitativa, contando com entrevistas realizadas a dois professores da rede municipal de ensino, onde para objeto de estudo foram denominados como P1 e P2, sendo realizada a

leitura cuidadosa das transcrições das entrevistas a serem analisadas pelos articuladores.

COLETA DE DADOS

O levantamento de dados ocorreu através de um questionário respondido por ambos os professores licenciados em história e atuantes na área do ensino sendo eles:

P1 - atuante na área há 02 anos, em turmas do 6º ano do ensino fundamental;

P 2 - atuante na área há 03 anos, em turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental.

ANALISE DOS DADOS

Como informado, a pesquisa foi desenvolvida a partir de questionário onde as questões foram dispostas da seguinte forma:

I. Identificação

Relaciona questões fechadas objetivando dados sobre a identificação do sujeito e da instituição de ensino onde foi realizada sua formação;

II. Experiências profissionais

Relaciona questões abertas que objetivam dados sobre a formação de fato do sujeito e as informações relacionadas à temática em estudo.

Levaremos em consideração as respostas realizadas, analisando apenas as questões abertas respondidas por ambos os professores. segue os questionamentos, e em sequência os relatos dos professores P1 e P2, como também as observações destes articuladores.

Defina o que você entende por ensino de história?

P1 - É um processo de integração social. É a análise crítica, compreensão e interpretação da maior quantidade possível de eventos que formam nossa realidade, sendo estes fatos apresentados de forma a despertar o aluno como integrante e atuante, um construtor de sua própria história.

P2 - O ensino de história é muito mais do que transmitir datas e nomes, ensinar história é dar sentido, abrir horizontes e integrar homem na sociedade em que ele se contextualiza.

De acordo com as respostas, observamos que os professores teriam um olhar aproximado do que conceitua PINSKY e BITTENCOURT, não sendo o aluno um simples receptor de informações.

Na segunda questão indaga-se sobre a necessidade de introduzir o ensino de história no currículo escolar? Diante dessa, os professores respondem:

P1 - É a possibilidade que temos com essa inclusão, de integrar nosso povo, principalmente as camadas menos favorecidas, que são nossa maioria, a partir de um trabalho de base com nossas crianças, a uma realidade que em maioria é desconhecida. Podemos torná-los conhecedores de suas origens, sendo assim de fato se tornarem cidadãos.

P2 - O ensino de história contribui para a formação do estudante, auxiliando-os futuramente em sua autoconstrução, como cidadãos autônomos, críticos e participativos em nossa sociedade.

Dentro do que é previsto no Parâmetro curricular Nacional, os professores enfatizam o ensino de história como uma experiência e prática da cidadania.

Na terceira questão solicita aos docentes que estes Apontem os conteúdos programáticos do ensino de História necessários ao Ensino Fundamental - séries iniciais.

P1 - São utilizados livros didáticos revisados pelo MEC, sendo adaptados a necessidade dos alunos, porém na medida do possível observando o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

P2 - Sempre tento contextualizar os conteúdos com as vivências da sala de aula e acontecimentos do cotidiano.

Anterior ao preenchimento do questionário foi realizado dialogo com os professores onde ambos informaram ter conhecimento sobre os PCN's, porém eles afirmaram que não se preocupavam muito em pesquisar conteúdos, pois a rede de ensino onde lecionam já teria livros didáticos revisados pelo MEC.

No mínimo a partir destas respostas percebemos a preocupação em entender as necessidades dos alunos, mesmo os conteúdos programáticos sendo preestabelecidos.

Na quarta questão são solicitados os procedimentos metodológicos que você utiliza no ensino de história?

P1 - Aulas expositivas, apresentação de filmes sobre temática, pesquisas e trabalhos escritos.

P2 - Trabalhos escritos, aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupo.

A metodologia utilizada pelos professores tende a facilitar a aprendizagem do aluno se os conteúdos não forem apresentados como verdades absolutas, e sim como abertura a curiosidade e questionamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de História é indispensável para a formação integral do sujeito. O ensino de história apesar de ter vários avanços, ainda apresenta vários desafios.

Percebemos que os professores entrevistados têm compromisso e compreendem a função transformadora que possui o ensino de História. O professor, através da exposição da maior quantidade de fatos históricos que possibilitem o pensamento crítico, reflexivo aos seus alunos, os mesmos possam realizar uma análise menos superficial do passado e lhes seja permitido em processo inclusivo das questões sociais, permitirem a construção de indivíduos atuantes, construtores de sua própria realidade.

Acreditamos que a formação recente dos professores entrevistados tenha contribuído para essa percepção do ensino de História, já que os autores citados nesta articulação fizeram parte em sua formação. Além de atualmente ser impensável a formação de um educador sem em seu currículo estarem inseridas disciplinas como ética e cidadania. Acreditamos também que devido às novas necessidades sociais, e de uma forte tendência das políticas mundiais ao pensamento neoliberal, se faz necessário a formação de indivíduos atuantes e de posse de uma crítica (escolha) para dar prosseguimento ao projeto de sociedade em que vivemos.

REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. 3.ed.Brasília,2001.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da história? In: PINSKY, Jaime (Org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas- raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. [Brasília]: [s.l], 2003. 151p.

_____. Lei n.º 11. 645, de 10 de março de 2008. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "Historia e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2008.